

que queria contrapor este símbolo diáfano de Shakespeare ao também simbólico deformado gigante Caliban, pretendendo significar a oposição entre a beleza do idealismo latino (americano) à rudeza anglo (americana).

Nesta linha de generosa, mais que meramente otimista, auto-análise, é que se deve inserir tanto o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda quanto a democracia étnica de Gilberto Freyre. Só que Buarque de Holanda teve de recuar na polêmica de Cassiano Ricardo contra a cordialidade intrínseca do brasileiro, enquanto Freyre persistiu na democracia étnica, não como produto acabado e sim por estar o Brasil muito mais próximo dela, que a maioria dos países dilacerados até por guerras raciais.

Realmente, ou se aceita a interpretação de Valeriano Mendes Ferreira da Costa (Vertentes Democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, 1992), que existe uma potencialidade democrática não só em Buarque de Holanda, quanto em Gilberto Freyre, mesmo em “embrião”, ao contrario de Oliveira Viana em relação ao passado brasileiro condicionador do seu futuro; ou tem-se de aceitar Carlos Guilherme Mota (na sua série de ensaios *Fazendeiros do Ar, A Perspectiva do Historiador e Uma Visão Ideológica*) quanto à “perspectiva aristocratizante” de ambos, nisto ao lado de Paulo Prado, *Retrato do Brasil (Ensaio sobre a Tristeza Brasileira)*, 1928, contra o qual em parte se dirigem a cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda e a democracia étnica de Gilberto Freyre.

Diante do dilema, Pedro Meira Monteiro sai-se muito bem, sem ecletismos, nem propósitos de conciliar o inconciliável.

Pois, com Nicolau Sevcenko que confessadamente nisto foi largo inspirador de Pedro Meira Monteiro, trata-se mais de manter a iconoclastia de ontem que ceder à iconolatria de hoje, capaz, acrescentando-se, de, por sua consciência ingênua, como diria Hegel, recair, por decepção, no pessimismo de anteontem, o de Oliveira Viana e Paulo Prado, por sua vez desiludido com as euforias do romantismo do século XIX...

Vamireh Chacon  
Universidade de Brasília

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 305 p.

Como mudar, com que forças mudar, em que direção mudar? No Brasil, a questão da mudança não sai de cena. Tem persistido há décadas sempre com força renovada. A cada conjuntura os mais diversos interesses sociais se entregam com ímpeto e paixão à idéia de transformar as estruturas do país. As circunstâncias da vida entre nós parecem atreladas à necessidade de superar um estado de coisas nefasto, impeditivo do livre desenvolvimento da nação em seu conjunto. Sem temor ao exagero, podemos afirmar que parecemos condenados a um eterno processo de invenção e reinvenção da nacionalidade, cujo resultado aparenta ser o oposto do esperado. Em outros termos, parecemos condenados ao atraso pela incapacidade de nos lançarmos com energia e em conjunto em direção à modernidade e ao capitalismo. Não é por outro motivo que um intelectual do porte de Darcy Ribeiro repetia insistentemente que ao brasileiro restavam duas alternativas: “se indignar ou se resignar”. Lutar para transformar o real ou conformar-se a ele.

O tema da mudança e de suas dificuldades sempre ocupou a atenção das ciências sociais brasileiras. É um tema em boa medida: “clássico”, absorvente e polêmico. Volta agora a ganhar destaque em um livro que tem todas as condições para animar a discussão a respeito dos rumos da mudança e da reforma política no Brasil deste fim-de-século. Trata-se de *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*, de Marco Aurélio Nogueira, professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista-Unesp e pesquisador da Fundação do Desenvolvimento Administrativo-Fundap, em São Paulo.

O desafio de mudar, entre nós, é embaraçado por uma particular construção política, onde o elemento de conciliação entre velho e novo, passado e futuro, prevalece sobre a superação radical de um pelo outro. Assim sendo, as expectativas sociais nunca chegam a ser plenamente atendidas, gerando uma frustração popular crônica, cujo desaguadouro é o avesso da moderna institucionalização democrática da política. Trajetória torta, porém inventiva, que proporciona a superação do passado colonial pela modernidade da sociedade urbana e industrial, arrastando consigo partes inteiras de um tempo cuja aniquilação é eterna promessa.

Já houve quem apregoasse que o destino histórico do Brasil era o de trilhar as linhas da institucionalização democrática moderna amparado por mecanismos autoritários, clientelísticos e coercitivos de poder. Seria uma característica específica da nossa formação, a partir da qual conseguiríamos explicar como é que, diluindo-se a nitidez entre o “velho” e o “novo”, fomos nos mostrando capazes de gerar uma solução autônoma de desenvolvimento,

independente do caminho percorrido pelas nações capitalistas centrais. Essa é uma das possibilidades da política e, como tal, não deve ser menosprezada por aqueles que se empenham em construir o futuro. Afinal, somos pródigos em tentativas de saltar etapas históricas e construir a modernidade amparados na razão e, sobretudo, na ação estatal. Isso explica, em grande parte, o peso que o Estado exerce sobre a sociedade brasileira. E também, os reclamos pela sua reforma.

Reformar o Estado, entretanto, é tarefa mais complexa do que simplesmente avançar com ímpeto privatista sobre as suas áreas de influência. A transformação pressupõe conhecimento do terreno e perspectiva de futuro, inteligência e ação política. Portanto, não é obra que se efetive de um só golpe, exigindo o transcurso do tempo para se realizar. Reformar o Estado exige antes de tudo o seu reconhecimento como prolongamento da própria sociedade. Neste sentido, necessita de conhecimento sobre a história da sociedade, das relações que os indivíduos, as classes e os grupos construíram entre si. Assim, a reforma é uma tarefa geral e mais ampla, estreitamente vinculada à construção de um horizonte social comum. Negar esse fato é o mesmo que negar a própria política.

Em *As possibilidades da política*, Marco Aurélio Nogueira reflete sobre estes e outros temas, tentando recuperar a especificidade de uma política de esquerda na construção de um futuro socialmente mais justo e democrático. Com este objetivo, reconstrói a história da formação do moderno estado brasileiro para, a partir dela, pensar os problemas gerados pela atual situação histórico-mundial (a “globalização”), que põe em xeque o caráter mesmo deste Estado. Sua análise, além de propor um quadro interpretativo geral da realidade brasileira, resgata um elenco de problemas inerentes à política, sobretudo aqueles relacionados à construção de novos consensos sociais. Em seus diversos capítulos, combinam-se de modo equilibrado e provocativo a perspectiva do historiador e a do cientista político, a do intelectual preocupado com os desafios da gestão pública e a do analista interessado nas novas facetas da sociedade civil brasileira. Neles, fica evidente a intenção de colaborar para o encontro de uma agenda política renovada, capaz de incorporar como fundante do novo pacto político tanto o moderno societal quanto o elemento estatal, numa armação que aposta na síntese entre democracia direta e democracia representativa.

Há muito de ousadia na proposta de Marco Aurélio Nogueira. Mas ele se apressa em nos lembrar, recorrendo a uma idéia de Max Weber, que “perguntar-se a respeito das possibilidades da política é perguntar-se a respeito

das possibilidades que tem a política de auxiliar os homens a tentar o impossível para, com isso, acumular forças para realizar o possível e ir além”. Trata-se de um ótimo argumento, capaz de superar tanto a simples resignação, quanto a indignação sem consequência, motivando para a construção de um futuro melhor – o que talvez não seja nada mais do que a verdadeira possibilidade da política.

Rogério Baptistini Mendes  
Universidade Estadual Paulista

DIGGINS, John Patrick. *Max Weber – a política e o espírito da tragédia*. Trad. Liszt Vieira e Marcos Lessa. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999. 375 p.

Ano a ano cresce a fortuna crítica de Max Weber. As obras consagradas de exegese do autor de *Economia e Sociedade*, tais como, a clássica interpretação levada a cabo por Talcott Parsons no segundo volume de *The Structure of Social Action*, em 1937; os ensaios obrigatórios de Reinhard Bendix, *Max Weber – An Intellectual Portrait* (do qual há tradução para o português, publicada pela Editora da Universidade de Brasília) e Julien Freund, *Sociologie de Max Weber* (do qual há, igualmente tradução brasileira, publicada pela Editora Forense); a introdução assinada por Hans H. Gerth e C. Wright Mills à antologia de textos de Weber por eles organizada; o penetrante estudo de Guenter Roth, como introdução a *Economy and Society* (edição da editora da Universidade da Califórnia), acrescentam-se novos estudos, a exemplo dos ensaios de Alan Sica, *Weber, Irrationality, and Social Order* (University of Califórnia Press, 1988), Wolfgang J. Mommsen, *The Political and Social Theory of Max Weber* (The University of Chicago Press, 1989), Ahmad Sadri, *Max Weber's Sociology of Intellectuals* (Oxford University Press, 1992), Héctor L. Saint-Pierre, *Max Weber – entre a paixão e a razão* (Ed. da Unicamp, 1994) e Júlio Pinto, *Max Weber actual – liberalismo ético y democracia* (Ed. Universitária de Buenos Aires, 1996), entre tantos outros trabalhos.

Não se dá por acaso o interesse crescente pelas idéias de Weber. Que sociólogo, ou pensador social, terá ido mais fundo na reflexão sobre os problemas típicos do capitalismo moderno? Se a dissolução da antiga União Soviética (já preconizada por Raymond Aron, em 1962, em *Dix-huit leçons sur la société industrielle*) já não deixa lugar à regressão fundamentalista do